



---

**AO JUÍZO DA Xª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX / DISTRITO FEDERAL**

**Distribuição por dependência ao processo nº XXXXXX/XX**

**FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXX SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXX, usuário do endereço eletrônico [XXXXXXXX@XXXXXX](mailto:XXXXXXXX@XXXXXX), telefone (XX) XXXXXXX e **FULANO DE TAL**, nacionalidade, menor impúbere nascida XX/XX/XXXX (atualmente com XXX anos de idade), representada por seu genitor **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXX SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXXX, usuário do endereço eletrônico [XXXXXXXX@XXXXXXXXXX](mailto:XXXXXXXX@XXXXXXXXXX), telefone (XX) XXXXX vêm por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXX**, por serem hipossuficientes (art. 185 e seguintes c/c art. 98 e seguintes CPC 2015) com fulcro nos artigos 736 do novo Código de Processo Civil, requerer o

**REGISTRO E CUMPRIMENTO DE TESTAMENTO PÚBLICO**

deixado por **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº XXXXXXXX, era domiciliada na cidade de XXXXXX/DF, residindo na XXXXXXXXXXXXXXXX/DF, CEP XXXXX, falecida em XX/XX/XXXX com XX anos de idade, fazendo-o nos seguintes termos:



## **I- DOS FATOS**

Em XX/XX/XXXX, com todas as faculdades mentais incólumes para a prática dos atos da vida civil, de forma espontânea e com dificuldade para locomover-se a Exânime proferiu aquelas que seriam suas últimas declarações de vontade. Tais alegações foram presenciadas e reduzidas a termo pela tabeliã e Oficiala Substituta do Segundo Ofício de Notas, Registro Civil e Protesto do Distrito Federal.

Conforme se vislumbra no teor da presente escritura pública, era vontade da Testadora que:

- Em sua ausência a guarda da sua filha FULANO DE TAL, já devidamente qualificada, fosse exercida de forma compartilhada entre o seu filho mais velho FULANO DE TAL e do genitor da menor FULANO DE TAL;
- Temendo a dilapidação do patrimônio e pensando no futuro de sua filha FULANO DE TAL era seu desejo que o quinhão pertencente à menor sobre o imóvel situado na XXXXXXXXXXXX/DF, inscrito no XXº Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal sob o nº R.XXXXX fosse gravada com cláusula de inalienabilidade cuja duração se estenderia até a menor atingir a maioridade.

Após a realização das declarações, foi escolhido como Testamenteiro pela Testadora o seu filho **FULANO DE TAL** cujo documento foi guardado cuidadosamente até ela vir a falecer em XX/XX/XXXX vítima de falência múltipla de órgãos, caquexia neoplásica e neoplasia maligna de cólon (câncer).

Com o ajuizamento da ação de inventário nº XXXXXXXXXXX de competência da XXXX Vara de Família, órfãos e sucessões de Sobradinho/DF para partilhar os bens deixados



pelo *de cujus* houve a inclusão do testamento no processo, todavia o MM. Juiz responsável pela condução determinou a sua exclusão para que fosse apreciado de forma autônoma.

Há de ser ressaltado que as partes desconhecem outras pessoas que possam ser atingidas direta ou indiretamente pelos efeitos do presente testamento após a produção de seus efeitos com a consequente ordem judicial de cumprimento.

Visando efetivar o cumprimento das disposições de última vontade de seu parente é que busca os Requerentes a tutela jurisdicional.

## **II- DO DIREITO**

O testamento é ato personalíssimo, unilateral, gratuito, solene e revogável, pelo qual alguém, segundo norma jurídica dispõe no todo ou em parte de seu patrimônio para depois de sua morte, ou determina providência de caráter pessoal ou familiar<sup>1</sup>.

No caso em tela temos um documento que atendeu a todas as formalidades previstas no Código Civil, sendo a Testadora plenamente capaz para os atos da vida civil (art. 1.860). Ademais, temos ainda o cumprimento dos requisitos destinados a confecção de um testamento público (art. 1864), sendo escrito por tabelião; após a sua lavratura foi lido em voz alta a Testadora e as testemunhas; e após a leitura foi assinado conforme preceitua o dispositivo.

Prevê o art. 736 Novo Código de Processo Civil que tratando-se de testamento público, como no caso em tela, que “QUALQUER interessado, exibindo o traslado ou a certidão de testamento público, poderá requerer ao juiz que ordene o seu cumprimento, observando-se, no que couber, o disposto nos parágrafos do art. 735”, cujo teor se pede vênha para se transcrever:

Art. 735. Recebendo testamento cerrado, o juiz, se não achar vício externo que o torne suspeito de nulidade ou falsidade, o abrirá e mandará que o escrivão o leia em presença do apresentante.

§ 1º Do termo de abertura constarão o nome do apresentante e como ele obteve o testamento, a data e o lugar do falecimento do testador, com as respectivas provas, e qualquer circunstância digna de nota.

---

<sup>1</sup> DINIZ, MARIA HELENA. **Código Civil Anotado**. 17ª ed – São Paulo: Saraiva 2014.p.1419



§ 2º Depois de ouvido o Ministério Público, não havendo dúvidas a serem esclarecidas, o juiz mandará registrar, arquivar e cumprir o testamento.

§ 3º Feito o registro, será intimado o testamenteiro para assinar o termo da testamentária.

§ 4º Se não houver testamenteiro nomeado ou se ele estiver ausente ou não aceitar o encargo, o juiz nomeará testamenteiro dativo, observando-se a preferência legal.

§ 5º O testamenteiro deverá cumprir as disposições testamentárias e prestar contas em juízo do que recebeu e despendeu, observando-se o disposto em lei.

### **III- DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, requerem à Vossa Excelência:

- a) os **benefícios da Justiça Gratuita** (Lei 1060/50 c/c arts. 98 e seguintes do Novo Código de Processo Civil), por não terem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares;
- b) a **distribuição por dependência** ao processo nº XXXXXXXXX/XX em trâmite perante a Xª Vara de Família, Órfãos e Sucessões de XXXXXXXXXXXX-DF;
- c) a **intimação** do Ministério Público para atuar no feito, conforme se impõe o art. 735 §2º Novo Código de Processo Civil;
- d) Seja **intimado** o Testamenteiro **FULANO DE TAL** para assinar o Termo da testamentária assim como cumprir as demais diligências que forem necessários;
- e) seja **registrado** o testamento que se noticia, confirmando a sua validade e determinado por sentença o seu cumprimento com a finalidade de:

d1- Assegurar a fixação de guarda compartilhada em favor da menor **FULANO DE TAL** entre o seu irmão **FULANO DE TAL** e seu genitor **FULANO DE TAL**;



d2- Seja **determinada a inalienabilidade** dos eventuais direitos pertencente ao quinhão da menor **FULANO DE TAL** até a sua maioridade sob o imóvel situado na XXXXXXXXXXXX/DF,

d3- Seja **informado** o Xº Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal para que processe a averbação da cláusula de inalienabilidade na matrícula do imóvel, qual seja: R.XXXXXXXX;

Protesta-se provar o que for necessário usando de todos os meios permitidos em direito, em especial pela juntada de documentos.

Atribui-se a causa o valor de R\$ XXXXXX (XXXX).

Nestes termos, pedem deferimento.

XXXXXX/DF XX de XXXXX de XXXX

**FULANO DE TAL**  
Primeiro Requerente

**FULANO DE TAL**  
Segunda Requerente nesta ato representada por seu genitor  
**FULANO DE TAL**

**FULANO DE TAL**  
Ceajur XXXX

**FULANO DE TAL**  
Defensor Público do Distrito Federal